

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA Segunda Câmara Criminal 1ª Turma Habeas Corpus nº 8040960-41.2023.8.05.0000, da Comarca de Prado Impetrante: Dr. (OAB/BA 45832) Impetrante: Dra. (OAB/BA 43506) Paciente: Impetrado: Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Prado Processo de origem: Ação Penal nº 8002477-46.2022.8.05.0203 Procuradora de Justiça: Dra. Relatora: Desa. ACÓRDÃO HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO COMBATIDA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA CRIMINOSA E REITERAÇÃO DELITIVA. PACIENTE FORAGIDO. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA COMO FORMA DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. INVESTIGAÇÕES QUE APONTAM A RELAÇÃO DO CRIME DE HOMICÍDIO PRATICADO A DELITOS DE NATUREZA PERMANENTE. ALEGADA AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. INOCORRÊNCIA. EVENTUAL RESPONSABILIDADE PENAL DO PACIENTE QUE DEVERÁ SER APRECIADA DURANTE A INSTRUÇÃO CRIMINAL. PRESENTE AÇÃO DE RITO SUMÁRIO QUE NÃO ADMITE DILAÇÃO PROBATÓRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO. ORDEM DENEGADA. Paciente denunciado nos autos da Ação Penal nº 8002484-38.2022.8.05.0203, pela prática do crime de homicídio qualificado por motivo fútil (art. 121, § 2º, II, do CP), fato ocorrido no dia 13/09/2020, e que, segundo Relatório de Investigação Criminal, elaborado pela Polícia Civil da cidade de Alcobaça, estaria relacionado a disputa de facções criminosas para a prática do tráfico de drogas na cidade e arredores. Decisão combatida que se mostra devidamente fundamentada, ante a gravidade concreta da conduta atribuída ao paciente, que, ademais, se encontra foragido, e a reiteração delitiva, tendo-se em vista que responde a outros processos pela prática dos crimes de roubo majorado, associação criminosa e corrupção de menores (Ação Penal nº 0000608-76.2013.8.05.0050), e de homicídio qualificado (Ação Penal nº 0000689-25.2013.8.05.0050), devendo ser mantida, a fim de salvaguardar a ordem pública e a aplicação da lei penal. Alegada ausência de contemporaneidade na decretação da prisão preventiva, datada de 15/06/2023, relativa a fato praticado em 13/09/2020, que não se sustenta, tendo-se em vista que Relatório de Investigação constante nos autos originários apontam a relação do crime de homicídio praticado a delitos de natureza permanente, como o tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas, a indicar alta possibilidade de reiteração na prática criminosa. Via estreita do "habeas corpus" que não se presta ao exame aprofundado das provas, por possuir rito sumário, exigir prova pré-constituída do quanto alegado e não comportar dilação probatória. Eventual ausência de justa causa para oferecimento de denúncia, apenas reconhecida, quando cabalmente demonstrada, não sendo este o caso dos autos. Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus nº 8040960-41.2023.8.05.0000, em que figura como paciente, e como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Prado. ACORDAM os Desembargadores integrantes da Primeira Turma da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em DENEGAR a presente ordem, nos termos do voto da Relatora. Salvador, (data registrada no sistema) Desa. Relatora (documento assinado eletronicamente) PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 1ª TURMA DECISÃO PROCLAMADA Denegado Por Unanimidade Salvador, 9 de Novembro de 2023. RELATÓRIO Trata-se de Habeas Corpus, com pedido liminar, impetrado por Dr. (OAB/BA 45832) e Dra., em favor de, qualificado nos autos, em que se aponta como autoridade coatora o MM. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Prado. Sustentam os ilustres Advogados impetrantes, em síntese, que o paciente sofre constrangimento ilegal, ante a ausência de fundamentação idônea do decreto preventivo, ausência de

contemporaneidade na decretação da prisão e de justa causa para deflagração da ação penal, que o considerou incurso no crime tipificado no art. 121, § 2º, II, do CP (homicídio qualificado por motivo fútil). Por tais razões, requereu-se a revogação do decreto de prisão preventiva, com expedição de contramandado de prisão. A petição inicial, ID 49626126, foi instruída com os documentos constantes nos IDs 49626128 a 49626142. Os autos foram distribuídos a esta Magistrada em 24/08/2023, por livre sorteio, conforme certidão constante no ID 49638287. Indeferido o pedido liminar, ID 50187956, foram solicitadas informações à autoridade impetrada, que não foram prestadas, conforme evidencia a certidão constante no ID 50933519. Nesta instância, emitiu parecer a douta Procuradoria de Justiça, manifestando-se pela denegação da ordem, ID 51297623. Salvador, (data registrada no sistema) Desa. Relatora (documento assinado eletronicamente) VOTO Encontram-se presentes os pressupostos e requisitos para o conhecimento da impetração, que deve ser denegada, pelas seguintes razões: De acordo com os documentos constantes nos autos, o paciente foi denunciado nos autos da Ação Penal nº 8002484-38.2022.8.05.0203, pela prática do crime de homicídio qualificado por motivo fútil (art. 121, § 2º, II, do CP), fato ocorrido no dia 13/09/2020, e que, segundo Relatório de Investigação Criminal, elaborado pela Polícia Civil da cidade de Alcobaça, estaria relacionado a disputa de facções criminosas para a prática do tráfico de drogas na cidade e arredores. Após representação do Ministério Público, foi decretada a prisão preventiva do paciente, em 15/06/2023, com a seguinte fundamentação: "(...) O fumus comissi delicti materializa os pressupostos para a decretação da medida e refere-se à prova da existência do crime e aos indícios suficientes da autoria. Estes estão devidamente comprovados no caso vertente, conforme demonstrado pelos excertos aqui transcritos. Da análise dos autos, verifico robusta a prova da materialidade delitiva, consubstanciada nos documentos carreados aos autos. Os indícios de autoria restam indene de dúvidas, considerando os depoimentos prestadas pelas testemunhas, que indicam a participação dos representados nos fatos em apuração. Por sua vez, o periculum libertatis constitui a necessidade da restrição da liberdade do indivíduo, e, conforme disciplinado em lei, deve ter por fundamento a garantia da ordem pública, a garantia da ordem econômica, a conveniência da instrução criminal, a garantia de aplicação da lei penal ou o descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares. Vejamos breve trecho da prova colacionada, que indicam a presença dos requisitos para a custódia cautelar dos representados: 'Baseando-se no Relatório de Investigação Criminal, elaborado pelos IPC's José Roberto Brito Matos e , informaram que em atendimento ao quanto determinado pelo Delegado de Polícia - Bel. , Titular da Delegacia Territorial de Alcobaça, em localizar e intimar os nacionais , vulgo ' , vulgo '' , envolvidos juntamente com os nacionais , vulgo ' , vulgo '' , no homicídio da vítima , vulgo 'Natal', realizaram várias diligências pela cidade de Alcobaça, nos Distritos e nos Povoados, mas até o momento não obtiveram êxito em localizar os nacionais , vulgo ' , vulgo '' , sendo informado por populares de que ambos se encontram escondidos, liderando uma facção do tráfico de entorpecentes nesta cidade e cidades vizinhas, informando ainda os populares que os mesmos são responsáveis por vários homicídios ocorridos nesta cidade por disputa de território de tráfico de entorpecentes. (...) Com efeito, a segregação dos representados garantirá a preservação da ordem pública na medida em que impedirá a prática de novas condutas delitivas, bem como dará a resposta

estatal necessária diante da gravidade em concreto das suas condutas, assim como assegurará a aplicação da lei penal. Da análise dos autos, percebe-se que as provas até então colhidas são no sentido de que o homicídio qualificado da vítima ocorreu em estabelecimento comercial, durante o horário de funcionamento, e teve como plano de fundo a disputa de território pelo tráfico de drogas na Comarca de Prado/BA e região, cuja organização criminosa atuante na localidade e possivelmente responsável pelo crime, segundo informações prestadas pela testemunha e complementadas pela Autoridade Policial, é, em tese, integrada pelos representados, que são apontados como autores do delito, o que revela a gravidade concreta das condutas, seja pelo *modus operandi* e pluralidade de agentes, seja pela indiferença, ousadia e desprezo pelas leis. Acrescente-se a isso o fato de que o Ministério Público apresentou denúncia contra os representados imputando-lhes a prática, em tese, do crime descrito no art. 121, § 2º, II e IV, do CP, no bojo do Inquérito Policial n.º 8002484-38.2022.8.05.0203, relacionado aos fatos objeto de apuração nos presentes autos, o que corrobora a presença do *fumus commissi delicti* e do *periculum in libertatis*. Ademais, em consulta ao sistema PJE, verifica-se que os representados respondem a outras Ações Penais na Comarca de Caravelas/BA, pela prática de roubo circunstanciado (autos n.º 0000608-76.2013.8.05.0050) e de homicídio qualificado (autos n.º 0000689-25.2013.8.05.0050), evidenciando a real periculosidade que representam para sociedade, havendo séria probabilidade de reiteração delitativa. Por fim, segundo informações da Autoridade Policial, os investigados saíram em fuga após a prática do homicídio qualificado e, após diversas diligências, inclusive na zona rural do município, não foram localizados no distrito da culpa, revelando a necessidade da medida também para assegurar a aplicação da lei penal. Dessa forma, evidente a gravidade em concreto das condutas dos representados, revelada pelo *modus operandi*, bem como a real periculosidade que representam para a sociedade, impondo-se a imediata decretação da custódia cautelar para garantia da ordem pública, com o objetivo de se evitar a reiteração criminosa e reafirmar a presença do Estado, bem como para assegurar a aplicação da lei penal. Note-se, portanto, a periculosidade concreta da conduta supostamente perpetrada, razão pela qual, neste momento processual, há que se manter a custódia preventiva, como garantia da ordem pública, de modo a impedir a reiteração delitativa, bem como para assegurar a regular apuração dos fatos. Some-se a isso o fato de que, segundo informações da Autoridade Policial, os investigados saíram em fuga após a prática do homicídio qualificado e não foram localizados no distrito da culpa, o que evidencia a necessidade da medida também para assegurar a aplicação da lei penal. Preenchidos tais pressupostos e requisitos, inviável a substituição da prisão preventiva por medidas cautelares diversas. (...) Finalmente, ressalte-se que o crime descrito no art. 121 do CP enseja pena abstrata máxima superior a 04 (quatro) anos, razão pela qual plenamente cabível a preventiva. Assim, DECRETO a PRISÃO PREVENTIVA de , vulgo “Geo”, e de , vulgo “Bajon” (...). (ID 49626141). A prisão foi mantida pela autoridade coatora em 17/08/2023, pelos mesmos fundamentos, conforme ID 49626142. Desse modo, vê-se que a decisão combatida se mostra devidamente fundamentada, ante a gravidade concreta da conduta atribuída ao paciente, que, ademais, se encontra foragido, e a reiteração delitativa, tendo-se em vista que responde a outros processos pela prática dos crimes de roubo majorado, associação criminosa e corrupção de menores (Ação Penal n.º 0000608-76.2013.8.05.0050), e de homicídio qualificado (Ação Penal n.º 0000689-25.2013.8.05.0050), devendo

ser mantida, a fim de salvaguardar a ordem pública e a aplicação da lei penal. Nesse sentido: “HABEAS CORPUS – HOMICÍDIO – PRISÃO PREVENTIVA FINEADA NAS HIPÓTESES DO ART. 312 DO CPP – GRAVIDADE CONCRETA DO CRIME – PERICULOSIDADE DO PACIENTE – RÉU FORAGIDO – NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA E ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL – ORDEM DENEGADA. 1. Não há constrangimento ilegal na manutenção da prisão preventiva quando estiver calcada nos requisitos legais previstos no art. 312 do CPP, à luz de elementos concretos do caso, como ocorre na espécie. Precedentes. 2. In casu, cumpre registrar que o crime apurado supostamente ocorreu em 2006, com o oferecimento da denúncia em 2015. Após o oferecimento da denúncia o paciente não foi localizado e sequer existe, até o momento, informações sobre o cumprimento ou não do mandado de prisão expedido em seu desfavor. 3. Portanto, se extrai que o paciente permaneceu um tempo sem ser localizado, deixando de comparecer, por um elevado período, aos autos de origem, em uma aparente postura de tentar se eximir da responsabilização criminal. 4. Todas estas circunstâncias revelam a necessidade de manutenção da ordem de prisão como forma de garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal. 5. Ordem de Habeas Corpus denegada”. (TJ-AM – HC: 40080543020228040000 Manaus, Relator: , Data de Julgamento: 21/11/2022, Primeira Câmara Criminal, Data de Publicação: 22/11/2022). “HABEAS CORPUS. AMEAÇA E ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ARTIGO 312, DO CPP. PACIENTE FORAGIDO POR 08 (OITO) ANOS. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. ORDEM DENEGADA. 1. Cabível a prisão preventiva quando satisfeitos os requisitos dos artigos 312 e 313 do Código de Processo Penal. 2. As circunstâncias do delito indicam a gravidade concreta da conduta e, assim, justificam a prisão preventiva para a garantia da ordem pública. 3. Tratando-se de paciente que permaneceu foragido do distrito da culpa por aproximadamente oito anos, necessária a manutenção da prisão preventiva para assegurar a aplicação da lei penal”. (TJ-MG – HC: 10843774420238130000, Relator: Des. (a) , Data de Julgamento: 21/06/2023, 9ª Câmara Criminal Especializa, Data de Publicação: 21/06/2023). Por sua vez, a alegada ausência de contemporaneidade na decretação da prisão preventiva, datada de 15/06/2023, relativa a fato praticado em 13/09/2020, não se sustenta, tendo-se em vista que o Relatório de Investigação constante nos autos originários apontam a relação do crime de homicídio praticado a delitos de natureza permanente, como o tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas, a indicar alta possibilidade de reiteração na prática criminosa. Nesse sentido: “HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA. GRAVIDADE CONCRETA. GRANDE QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. FUNDAMENTOS IDÔNEOS. AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA. 1. A custódia cautelar está alicerçada em fundamentos idôneos, destacada a importância do paciente na organização criminosa. A periculosidade do paciente e a gravidade em concreto da conduta estão expressamente evidenciadas dos autos, quais sejam, a suposta prática de organização criminosa especializada no tráfico internacional de drogas, a quantidade expressiva de substâncias entorpecentes apreendidas, que seriam destinados a países europeus, a complexidade dessa organização, o número de integrantes e as reiteradas práticas destinadas ao tráfico internacional. 2. A tese de ausência de contemporaneidade foi expressamente afastada no acórdão impugnado, que destacou a reiteração

delitiva do paciente e sua participação ativa na organização criminosa em pleno funcionamento, fazendo-se necessária a manutenção da segregação cautelar para inviabilizar a prática delitiva. Não há falar em falta de contemporaneidade do decreto prisional quando se trata de longa e complexa investigação de estrutura organização criminosa em plena atividade. Precedentes. 3. Ordem denegada". (STJ – HC: 721547 BA 2022/0029910–8, Data de Julgamento: 14/06/2022, T6 – SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 20/06/2022). Por fim, os impetrantes apresentaram petição incidental nos autos, ID 51658127, apresentando "prints" de supostas mensagens trocadas em aparelho de telefone celular, que indicariam que o paciente se encontrava no Rio de Janeiro na data do crime. No entanto, os documentos apresentados, sem perícia, não constituem prova flagrante e incontroversa a evidenciar os argumentos aventados na impetração. De fato, entende-se que a via estreita do habeas corpus não se presta ao exame aprofundado das provas, por possuir rito sumário, exigir prova pré-constituída do quanto alegado e não comportar dilação probatória, sendo que eventual ausência de justa causa para oferecimento de denúncia apenas poderia ser reconhecida, em sede de habeas corpus, quando cabalmente demonstrada, não sendo este o caso dos autos. Diante do exposto, denega-se a ordem, uma vez que não evidenciado o constrangimento ilegal sustentado na impetração. Salvador, (data registrada no sistema) Des. Relatora (documento assinado eletronicamente)